

## Economia, ideologia e voto: Europa do Sul, 1985-2000

O presente trabalho analisa o papel da economia no comportamento eleitoral na Grécia, Portugal e Espanha. Na primeira parte do artigo analisaremos as condições económicas objectivas em que se encontram os países e o tipo de medidas promulgadas pelos governos antes das eleições. A teoria clássica do ciclo político-económico (Nordhaus, 1975, pp. 169-170) pressupõe que o governo, como maximizador do voto, manipule a economia de modo a aumentar as suas hipóteses de reeleição. Numa época de *marketing* político, a economia real poderá não estar no centro das decisões dos eleitores. Aquilo que conta é o modo como os eleitores vêem a economia real e em qual dos discursos partidários sobre a mesma estão dispostos a acreditar (Norporth, 1991, p. 304). Assim, apresentaremos aqui as percepções económicas dos eleitorados, de modo a averiguarmos se estão em consonância com as condições económicas objectivas, avaliadas com base em diversas medidas económicas. Na segunda parte do artigo elaboramos uma função do voto para a Grécia, Portugal e Espanha e testamos o impacto do voto económico tendo em consideração as teses de Gunther e Montero (2001) sobre a fragilidade das clivagens sociais e políticas na explicação do comportamento eleitoral grego e português (e, em menor grau, espanhol).

De acordo com investigações bem estabelecidas, o comportamento eleitoral depende tanto de efeitos de longo prazo (clivagens sociais, identificação partidária e sistemas de valores) como de efeitos de curto prazo (questões em debate, nomeadamente económicas, avaliações dos candidatos e outros acontecimentos sociais e políticos específicos). Desde pelo menos os finais da década de 70 ou o início dos anos 80 tem-se defendido que o impacto dos efeitos de longo prazo sobre o comportamento eleitoral está em declínio

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

\*\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

(Dalton, Flanagan e Beck, 1984; Flanagan e Dalton, 1985; Franklin *et al.*, 1992). Entre os indicadores de declínio do voto de clivagem nas democracias ocidentais contam-se o aumento dos níveis de volatilidade, a entrada de novos partidos com novas agendas políticas nas arenas parlamentares, os novos sistemas de valores entre os eleitorados e o aumento do voto dividido (*split ticket voting*) (Dalton e Wattenberg, 2000; Franklin *et al.*, 1992; Inglehart, 1990 e 1997).

No contexto do declínio do voto de clivagem, tem-se dedicado crescente atenção aos efeitos de curto prazo sobre o comportamento eleitoral, especialmente ao voto económico (Kiewiet, 1983; Lewis-Beck, 1988; Norporth *et al.*, 1991; Anderson, 1995; *Electoral Studies*, 2000, edição especial sobre o voto económico), seguindo um modelo de actor racional (Downs, 1957), em oposição ou como complemento do chamado modelo de clivagens (Lipset e Rokkan, 1967).

A aplicação da metodologia do voto económico aos sistemas partidários da Europa ocidental pode revelar-se problemática devido à existência de sistemas multipartidários e coligações governamentais. Por exemplo, num sistema tripartidário com uma coligação governamental bipartidária, o eleitor descontente pode abandonar um partido da coligação em favor do outro. Assim, para que o voto económico aconteça terão de estar presentes três condições: em primeiro lugar, o eleitorado deverá ser capaz de identificar os governantes e de os responsabilizar pela *performance* da economia; em segundo lugar, o eleitorado deverá ter a possibilidade de votar pela oposição com hipóteses reais de alcançar o poder; em terceiro lugar, a distância ideológica entre os partidos deverá ser suficientemente pequena para permitir que cada um deles constitua uma alternativa de voto credível (Bellucci, 1984, p. 390).

Uma das características distintivas da função do voto económico é a sua instabilidade (Lewis-Beck e Paldam, 2000). O facto poderá dever-se a um ou a vários factores: uma ancoragem muito forte do partidarismo nas clivagens (sociais e/ou ideológicas); um impacto assimétrico das percepções económicas sobre o voto, isto é, tais percepções só se revelarem significativas durante os períodos de más condições económicas; uma especificação deficiente do modelo de voto, nomeadamente em termos do contexto político, etc. (Lewis-Beck, 1988; Powell e Whitten, 1993; Anderson, 1995 e 2000; Lewis-Beck e Paldam, 2000).

Em termos de especificação do contexto político, o problema da clareza de responsabilidade revela-se fundamental, como já referimos. Para que atribuam ao governo uma má (ou boa) gestão económica, os eleitores deverão saber identificar claramente os responsáveis. A clareza de responsabilidade é mais elevada nas situações em que o governo é controlado por um só partido com apoio maioritário no parlamento. Nestas condições, o voto económico deverá ser muito forte, *ceteris paribus*. Pelo contrário, nos casos de governo de coligação poderá não ser tão claro para os eleitores quem deverão responsabilizar pela gestão económica. Uma vez que a clareza de responsabilidade é baixa nestas situações, é de esperar que o voto económico seja pouco significativo, pelo menos quando considerados todos os partidos do governo (Anderson, 1995 e 2000). Uma situação intermédia ocorre nos casos de

governo de partido único com uma maioria relativa de assentos parlamentares. Nestas condições, o partido governamental tem de negociar com os restantes partidos todas as propostas políticas, nomeadamente o orçamento, de modo que possam ser aprovadas no parlamento. Assim, a clareza de responsabilidade não é tão elevada como no governo maioritário de partido único (maioria absoluta), mas é mais clara do que no governo de coligação. Evidentemente, os tipos de estatuto governamental e de apoio parlamentar não são os únicos aspectos que contam em termos de clareza de responsabilidade: não há dúvidas de que o bicameralismo e o executivo dual também têm o seu peso (Powell e Whitten, 1993; Lewis-Beck e Nadeau, 2000). Não obstante, podemos afirmar que os tipos de governo e de apoio parlamentar se contam pelo menos entre os factores mais importantes. Procederemos de seguida a uma breve análise dos três países que constituem o objecto do presente estudo, esclarecendo as razões pelas quais nos parecem adequados aos propósitos deste trabalho.

Conjuntamente, a Espanha, Portugal e a Grécia produziram cinco das oito eleições mais voláteis do período entre 1945 e 2000 (Gunther e Montero, 2001, p. 88). O estudo mostra que a ancoragem do partidarismo nas clivagens sociais não é muito significativa, particularmente nos casos da Grécia e de Portugal, onde uma grande parte da volatilidade eleitoral é interbloco (quanto aos tipos de volatilidade, v. Bartolini e Mair, 1990; quanto aos níveis de volatilidade nestes países num contexto comparativo, v. Gunther e Montero, 2001, Lobo, 1996, e Freire, 2001a). Nos anos 90, a Espanha juntou-se aos seus vizinhos do Sul da Europa, registando a partir de 1993 um considerável enfraquecimento das clivagens tanto religiosas como sociais. Se combinarmos estas determinantes sociais com o autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita, os três países tornam-se mais diferenciados. Em Portugal, ao longo do período, e na Grécia, em 1996, e excluindo os partidos comunistas, entre 33% e 58% dos votos não podem ser explicados por meio destes factores. No outro extremo encontra-se a Espanha durante a década de 80 e os inícios dos anos 90, cujos eleitorados se encontravam «firmemente ancorados nestas clivagens sócio-estruturais e ideológicas» (id., *ibid.*, p. 128).

Nestas circunstâncias, podemos afirmar que os países em questão reúnem condições especiais para o teste das nossas hipóteses, permitindo-nos avaliar o impacto relativo das clivagens e dos efeitos económicos de curto prazo sobre o comportamento eleitoral. Gunther e Montero (2001) mostraram que os efeitos de curto prazo são de facto muito importantes, embora se tenham limitado a testar o impacto das avaliações da liderança partidária sobre o voto. Assim, o teste do impacto relativo das clivagens e da economia sobre o voto continua por fazer, especialmente numa perspectiva comparativa<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Para o caso espanhol, v. Maravall e Przeworski, 1998. Quanto a Portugal, os únicos estudos conhecidos utilizam dados agregados: ao nível nacional (Veiga, 1998) ou ao nível concelhio (Freire, 2001a). Outros estudos sobre economia e eleições em Portugal fazem a análise do chamado «controlo político da economia», mas não do comportamento eleitoral (Lobo, 1996 e 2000). Quanto ao conceito de «controlo político da economia», ver Tufte (1974).

É de esperar que as percepções do estado da economia determinem fortemente o voto nos três países do Sul da Europa (Grécia, Portugal e Espanha), particularmente nos dois países onde a volatilidade interbloco é mais elevada e as âncoras do partidarismo sempre foram mais fracas: Grécia e Portugal. De facto, nestes dois casos espera-se que o voto económico seja mais forte do que o voto de clivagem. Os três países do Sul da Europa aqui analisados oferecem boas condições para o controlo do contexto político de modo a especificar-se correctamente o modelo do voto económico. Recentemente, a Grécia, a Espanha e Portugal foram classificados de acordo com uma escala que combina o tipo de governo, a durabilidade de governo, o número efectivo de partidos no parlamento e a desproporcionalidade do sistema eleitoral (Bruneau *et al.*, 2001, p. 23). De acordo com esta classificação, a Grécia, a Espanha e Portugal destacam-se pelas suas práticas maioritárias.

Não obstante as amplas semelhanças entre os três países na escala maioritária-consensual, têm-se registado em todos eles, a partir de meados dos anos 80, importantes mudanças no tipo de governo. Em Espanha, o PSOE governou com maioria absoluta entre 1982 e 1989. Entre 1989 e 1993 continuou a ser o maior partido das Cortes, mas só pôde governar com uma maioria absoluta efectiva porque o partido separatista basco, Herri Batasuna, optou por não ocupar os seus quatro assentos parlamentares. A partir de 1993, os socialistas formaram um governo minoritário com o apoio parlamentar do partido nacionalista catalão, a CiU. A alternância deu-se em 1996, com o direitista Partido Popular a alcançar uma maioria relativa dos votos e a formar um governo minoritário. Mais recentemente, nas eleições de 2000 o Partido Popular conquistou a maioria absoluta dos votos.

Na Grécia houve apenas dois governos de coligação (1989-1990), os chamados «governos de catarse», formados no seguimento dos diversos escândalos do PASOK. Estes governos incluíam partidos muito diversos, desde o comunista KKE ao conservador Nea Demokratia. Com excepção deste breve período, a Grécia conheceu sempre governos de partido único, quer do socialista PASOK (entre 1981 e 1989 e a partir de 1993), quer do conservador Nea Demokratia (1990-1993), que governaram com maioria absoluta no parlamento (Pasquino, 1995, p. 273).

Em Portugal, a primeira década de democracia assistiu à formação e dissolução de dez governos constitucionais. Durante essa primeira década de democracia os governos revelaram-se bastante vulneráveis: nenhum deles sobreviveu a um mandato completo, registando uma duração média no poder de onze meses. Em contrapartida, a partir de 1987 tem-se assistido à alternância no poder dos dois partidos do centro, tendo o PSD governado com maioria absoluta entre 1987 e 1995 e o PS com uma maioria relativa entre 1995 e 2002, ano em que o PSD conquistou uma maioria relativa de votos.

Em nosso entender, algumas das eleições de cada caso revestem-se de importância crucial, nomeadamente aquelas em que se verificou alternância

(Espanha em 1996, Grécia em 1993 e Portugal em 1995) ou em que se deu uma mudança de tipo de governo (Espanha em 1989 e 1993, Grécia em 1989 e 1990 e Portugal em 1987), ainda que o mesmo partido permanecesse no governo. Assim, excluindo o caso grego (que teve sempre governos maioritários de partido único<sup>2</sup>), é possível testar o modelo nas diferentes condições políticas de cada país: Espanha, governo de partido único de maioria absoluta e relativa; Portugal, governo de partido único de maioria absoluta e relativa e governo de coligação. Isto permite-nos comparar o impacto sobre o voto económico em diferentes condições políticas dentro do mesmo país, isto é, mantendo constantes outras características culturais e institucionais (Lijphart, 1971 e 1994).

### SITUAÇÃO ECONÓMICA OBJECTIVA E SUBJECTIVA NA EUROPA DO SUL

Como se constroem as percepções da situação económica do país? Um estudo sobre os eleitores dinamarqueses mostrou que estes tinham muito pouco conhecimento sobre as condições macroeconómicas (Nannestad e Paldam, 2000). Na Grã-Bretanha, Sanders verificou que os eleitores, não obstante a sua incapacidade para indicarem os níveis de desemprego ou de inflação e a sua falta de informações factuais sobre a economia, tinham um boa noção geral sobre a situação económica, sabiam reconhecer de que modo essas mudanças podiam afectá-los e utilizavam essas informações nas suas avaliações políticas (Sanders, 2000, p. 291). Nesta secção apresentamos informações contextuais sobre a economia política do Sul da Europa a partir de 1985, bem como sobre as percepções económicas dos eleitores.

#### GRÉCIA

Os desenvolvimentos macroeconómicos que se registaram na Grécia entre 1984 e 1997 podem ser divididos em duas fases. Entre 1984 e 1990, as políticas populistas dos sucessivos governos do PASOK criaram grandes desequilíbrios, que tiveram consequências negativas para o crescimento, a inflação e, em menor grau, o desemprego. Entre 1981 e 1985, a estratégia grega consistiu num grande aumento das despesas do Estado e em medidas de redistribuição, mediante salários mais altos (Maravall, 1997, p. 83). O laxismo fiscal era combinado com generosas negociações salariais. Na véspera das eleições, a inflação era de 19,3% e o desemprego estava nos 7,8%.

---

<sup>2</sup> No período de tempo para o qual possuímos dados de sondagens que nos permitem testar o modelo do voto económico, a Grécia teve governos de coligação entre 1989 e 1990 (Siaroff, 2000, p. 285). Contudo, as nossas sondagens não abrangem este período particular, 1989-1990.

Crescimento do PIB, inflação, desemprego e consumo privado  
na Grécia, 1984-1997

[QUADRO N.º 1]

Data	Crescimento do PIB (percentagem anual)		Inflação, preços no consumidor (crescimento da percentagem anual)		Desemprego total (percentagem da mão-de-obra total)		Consumo privado (crescimento da percentagem anual)	
	Taxa	Variação anual	Taxa	Variação anual	Taxa	Variação anual	Taxa	Variação anual
1984....	2,75	—	18,45	—	8,27	—	0,27	—
1985....	3,12	0,37	19,3	0,85	7,81	-0,46	1,7	1,43
1986....	1,62	-1,5	23,02	3,72	7,38	-0,43	3,9	2,2
1987....	-0,46	-2,08	16,38	-6,64	7,37	-0,01	0,66	-3,24
1988....	4,45	4,91	13,53	-2,85	7,7	0,33	1,23	0,57
1989....	3,85	-0,6	13,7	0,17	7,46	-0,24	3,56	2,33
1990....	0,03	-3,82	20,4	6,7	7,02	-0,44	6,09	2,53
1991....	3,01	2,98	19,47	-0,93	7,7	0,68	2,58	-3,51
1992....	0,51	-2,5	15,87	-3,6	8,67	0,97	2,79	0,21
1993....	0,23	-0,28	14,41	-1,46	9,67	1	1,8	-0,99
1994....	2,19	1,96	10,92	-3,49	9,6	-0,07	0,06	-1,74
1995....	2,03	-0,16	8,94	-1,98	10	0,4	1,46	1,4
1996....	2,36	0,33	8,2	-0,74	10,3	0,3	1,58	0,12
1997....	—	—	—	—	—	—	2,39	0,81

Fonte: UN World Development Indicators, 2001, cd-rom.

Depois destas eleições, o governo socialista enfrentou a deterioração da situação económica, acompanhada por escândalos políticos (Morlino, 1995, p. 367). Perante a subida da inflação, que estava nos 23% em 1986, em consequência das anteriores políticas, o governo resolveu introduzir um programa de estabilização (Lavdas, 1997, p. 175). Em 1988, este programa de estabilização deu lugar a uma nova vaga de políticas expansionistas, incluindo um acentuado aumento do emprego público (1997, p. 177), que foi rotulado de «populismo macroeconómico» e que combinava amplas medidas de redistribuição, grandes benefícios clientelistas e a ausência de uma política fiscal que travasse a fuga aos impostos. A OCDE concordava que o relaxamento das políticas fiscais, iniciado em 1988 e 1989, reflectia em grande medida o ciclo eleitoral (OCDE, 1989-1990, p. 11). O resultado foi o reaparecimento de uma inflação alta e a persistência de elevados níveis de desemprego num momento em que a recessão europeia começava a instalar-se.

A segunda fase, que teve início em 1990, foi caracterizada pelo ajustamento estrutural e alguma convergência com a UE. Ocorreram algumas reformas durante o governo da Nea Demokratia de Mitsotakis (1990-1993), incluindo a liberalização financeira, uma diminuição da intervenção do Estado nas negociações salariais, menor intervenção nos mercados de bens e serviços, um programa de privatização e a reestruturação de empresas controladas pelo Estado (OCDE, 1993, p. 39). Estas medidas políticas não garantiram a reeleição da Nea Demokratia. De facto, a situação económica grega não melhorou: o

crescimento do PIB apresentava uma média inferior a 1% ao ano, o desemprego voltou a aumentar para os 9,6%, a inflação desceu apenas ligeiramente para os 14,4% e o crescimento do consumo privado foi negativo em ambos os anos.

Foi o socialista PASOK que formou governo em 13 de Dezembro de 1993, conquistando 46,9% dos votos. De seguida, em Junho de 1994, o PASOK apresentou um novo programa de convergência, a implementar entre 1994 e 1999, que visava o cumprimento dos critérios de Maastricht (OCDE, p. 1995, p. 85). Neste quadro, os anteriores desequilíbrios macroeconómicos foram corrigidos, o que fez descer a inflação para percentagens de um só dígito. Ainda assim, as taxas de crescimento foram, em média, de 2% entre 1993 e 1996 e o desemprego atingiu os 10% em 1996.

Percepções económicas dos eleitores gregos

[QUADRO N.º 2]

	Retrospectivas			Prospectivas			
	1985	1987	1993	1993	1995	1996	1999
Em sua opinião, o estado da economia melhorou, permaneceu igual ou piorou ao longo dos últimos doze meses?							
Melhorou ou melhorou muito . . . .	8,9	25,6	19,3	47,7	19,1	11,9	32,5
Igual . . . . .	20,9	23,3	44,6	33,5	24,7	24	32,7
Piorou ou piorou muito . . . . .	70,2	51,1	36,1	18,8	56,2	64,1	34,8
Em sua opinião, o estado das suas finanças pessoais melhorou, permaneceu igual ou piorou ao longo dos últimos doze meses?							
Melhorou ou melhorou muito . . . .	12,8	25,5	18,8	43,7	29	18	37,9
Igual . . . . .	39,5	32,6	56,7	34,1	40,6	38,2	46,0
Piorou ou piorou muito . . . . .	47,6	42	24,4	21,4	30,3	43,4	16,1

**Fonte:** *Eurobarómetro* EB24, EB28, EB40, EB44.1, EB46 e EB52, respectivamente estudos ICPSR n.ºs 8513, 9082, 6360, 6723, 6939 e 2892.

As sondagens do *Eurobarómetro* apresentadas no quadro n.º 2 indicam que as condições económicas reais eram correctamente percebidas pelos gregos no período em análise. Os desequilíbrios económicos dos anos 80 reflectem-se nas sondagens de 1985 e 1987, em que 70,2% e 51,1% dos inquiridos, respectivamente, eram da opinião de que o estado da economia nacional tinha piorado. As percepções da situação económica das famílias no ano anterior são também bastante negativas — em 1985 e 1987, 47,6% e 42% dos inquiridos, respectivamente, consideravam que o estado das suas finanças tinha piorado. Estes resultados contrariam em parte a opinião informada de que o PASOK teria dirigido com êxito a economia, já que o factor do «bem-estar» não parece estar presente na Grécia em 1985. Contudo, ajuda-nos a explicar a derrota

eleitoral do PASOK de 1989. Similarmente, a recuperação económica em curso em 1993 foi compreendida pelos gregos: embora poucos considerassem que 1993 tinha sido um bom ano económico, as expectativas para o ano seguinte eram elevadas, com 47,7% dos inquiridos a considerarem que a situação iria melhorar. Este optimismo só voltaria a repetir-se em 1999.

#### PORTUGAL

A *performance* macroeconómica portuguesa entre 1984 e 1998 pode ser dividida em três períodos. Entre 1984 e 1991, a economia cresceu a uma taxa considerável, convergindo em termos reais com a UE. Seguiu-se a recessão, em parte devido ao adiamento de importantes políticas estruturais e em parte devido a uma recessão internacional concomitante. A recuperação teve início em 1994, mas seria demasiado tarde para o governo do PSD, que foi derrotado pelos socialistas nas eleições desse ano.

O segundo empréstimo do FMI, negociado em 1983 pelo governo de coligação do PS-PSD, teve um impacto de curto prazo muito negativo sobre a população: em 1984, o crescimento do PIB foi negativo (-1,88%) e a inflação atingiu os 29,3%. Em conformidade, o consumo privado desceu 2,9% em 1984. Mesmo assim, Cavaco Silva, recentemente eleito líder do PSD, conseguiu dissociar-se a si próprio e ao seu partido do período de austeridade de 1983-1985. Depois da saída do PSD do governo, em Junho, o PS teve de suportar sozinho o peso da impopularidade das medidas governamentais. Nesse sentido, as eleições de 1985 podem ser entendidas como um importante marco no percurso político do PSD, permitindo-lhe governar sozinho e reclamar o crédito pelos desenvolvimentos económicos favoráveis.

Os dois anos que se seguiram, até às eleições gerais de 1987, foram muito favoráveis ao PSD. As sondagens à opinião pública começaram a indicar um crescente apoio ao primeiro-ministro ao longo do período de 1985-1986 (Corkill, 1988, p. 119). Determinados factores externos também contribuíram para isso, em particular o choque petrolífero ao contrário (descida dos preços) de 1986. Além disso, as ajudas de pré-adesão concedidas por Bruxelas começaram a fazer-se sentir na economia, verificando-se simultaneamente durante esse período o aumento das remessas dos emigrantes e das receitas do turismo (Corkill, 1993, p. 119). O PSD pôde colher os benefícios do programa de austeridade seguido pelo governo entre 1983 e 1985 e ainda introduzir políticas expansionistas sem pôr em risco o equilíbrio da balança de pagamentos (Corkill, *ibid.*). Houve um *boom* no consumo privado, que aumentou 7% e 6,8% em 1986 e 1987, respectivamente (OCDE, 1990, p. 100). Além disso, registaram-se aumentos substanciais nas remunerações do sector público — cerca de 20% tanto em 1985 como em 1986 —, além de uma acentuada melhoria nas remunerações da segurança social.



Crescimento do PIB, inflação, desemprego e consumo privado  
em Portugal, 1984-1998

[QUADRO N.º 3]

Data	Crescimento do PIB (percentagem anual)		Inflação, preços no consumidor (crescimento da percentagem anual)		Desemprego total (percentagem da mão-de-obra total)		Consumo privado (crescimento da percentagem anual)	
	Taxa	Variação anual	Taxa	Variação anual	Taxa	Variação anual	Taxa	Variação anual
1984 . . . .	-1,88	-	29,3	-	8,5	-	-2,95	-
1985 . . . .	2,81	4,69	19,33	-9,97	8,5	0	0,68	3,63
1986 . . . .	4,14	1,33	11,67	-7,66	8,3	-0,2	5,59	4,91
1987 . . . .	6,38	2,24	9,4	-2,27	7	-1,3	5,31	-0,28
1988 . . . .	7,49	1,11	9,58	0,18	6	-1	6,88	1,57
1989 . . . .	5,14	-2,35	12,61	3,03	5	-1	2,63	-4,25
1990 . . . .	4,38	-0,76	13,37	0,76	4,7	-0,3	5,86	3,23
1991 . . . .	2,34	-2,04	11,35	-2,02	4,1	-0,6	3,66	-2,2
1992 . . . .	2,52	0,18	8,94	-2,41	4,1	0	4,26	0,6
1993 . . . .	-1,11	-3,63	6,8	-2,14	5,4	1,3	1,5	-2,76
1994 . . . .	2,24	3,35	4,92	-1,88	6,7	1,3	2,24	0,74
1995 . . . .	2,85	0,61	4,12	-0,8	7,1	0,4	1,6	-0,64
1996 . . . .	3,57	0,72	3,12	-1	7,2	0,1	3,92	2,32
1997 . . . .	3,72	0,15	2,16	-0,96	6,7	-0,5	3,14	-0,78
1998 . . . .	3,46	-0,26	2,78	0,62	5	-1,7	5,68	2,54

Fonte: UN World Development Indicators, 2001, cd-rom.

Durante o primeiro governo de maioria do PSD (1987-1991), os desenvolvimentos macroeconómicos foram positivos: foi um período de forte crescimento do PIB e de baixa mas sub-reptícia inflação, sem que se registasse um aumento correspondente da taxa de desemprego. Em Outubro de 1990, o governo assinou um acordo com os principais sindicatos e a CIP (Confederação da Indústria Portuguesa), aumentando o salário mínimo nacional e reduzindo o horário de trabalho (Corkill, 1993, p. 123). De acordo com a OCDE, em 1990 e 1991, a política fiscal foi de carácter expansionista, com o défice orçamental a aumentar em 3,5% do PIB nesses dois anos, não obstante o óbvio excesso da procura (OCDE, 1992, p. 49). Em 1990-1991, o crescimento do rendimento disponível real alcançou taxas mais elevadas do que em qualquer outro momento da década anterior, com um aumento de 7% nos rendimentos do trabalho reais. Além disso, em 1990, as transferências para as famílias aumentaram devido à decisão de instituir um décimo quarto mês de pagamentos de pensões. Os impostos também diminuíram. Estas políticas expansionistas foram «bem sucedidas», tendo em conta que os governantes foram reeleitos.

Todavia, a recessão que se seguiu era inescapável. A partir de 1991, a crise desencadeada pela guerra do Golfo e o aumento do preço do petróleo não permitiram ao governo do PSD continuar a satisfazer os critérios de

convergência da UEM, a prolongar a «bonança económica» dos anos 80 e a consolidar a expansão do incipiente Estado social português. Em 1995, a queda da convergência nominal era evidente: a taxa de desemprego quase duplicou (alcançando os 7,3% em 1995) e registaram-se descidas no crescimento real do PIB e nas despesas sociais.

Percepções económicas dos eleitores portugueses

[QUADRO N.º 4]

	Retrospectivas			Prospectivas			
	1985	1987	1993	1993	1995	1996	1999
Em sua opinião, o estado da economia melhorou, permaneceu igual ou piorou ao longo dos últimos doze meses?							
Melhorou ou melhorou muito . . . .	17,8	55,7	17,4	21,7	31,4	18,4	32,8
Igual . . . . .	35,4	31,2	25,9	26,3	42,2	42,2	47,4
Piorou ou piorou muito . . . . .	46,7	13	56,7	52	26,4	39,3	19,8
Em sua opinião, o estado das suas finanças pessoais melhorou, permaneceu igual ou piorou ao longo dos últimos doze meses?							
Melhorou ou melhorou muito . . . .	15	34,9	18,8	21,9	25,1	24,9	32,6
Igual . . . . .	46,3	50,9	46,2	43,8	59,3	53,2	54,1
Piorou ou piorou muito . . . . .	38,7	14,2	35	34,4	15,6	21,9	13,3

Fonte: Eurobarómetro EB24, EB28, EB40, EB44.1, EB46 e EB52, respectivamente estudos ICPSR n.ºs 8513, 9082, 6360, 6723, 6939 e 2892.

As sondagens do Eurobarómetro mostradas no quadro n.º 4 confirmam que as percepções dos eleitores portugueses estavam próximas dos desenvolvimentos macroeconómicos reais. As apreciações económicas do ano anterior realizadas em 1985 estavam fundamentalmente em sintonia com a realidade, com 47% dos inquiridos a considerarem que a situação económica tinha piorado. A opinião geral mudaria apenas dois anos mais tarde, com 56% a considerarem que, pelo contrário, a economia tinha melhorado no ano anterior. O fim do domínio do PSD coincidiu com melhorias nas percepções prospectivas do estado da economia nacional e pessoal face a 1993, indicando que o voto económico poderá não ter sido uma forte determinante da derrota do PSD nas eleições desse ano.

ESPAÑA

As condições económicas espanholas podem ser divididas em três fases: entre 1982 e 1985, o crescimento foi lento, tanto a inflação como o desemprego foram elevados e o consumo privado registou um aumento pouco

significativo. Seguiu-se então, entre 1985 e 1991, um período de expansão macroeconómica. Na terceira fase, factores internacionais e internos contribuíram para a recessão, que se prolongou até 1994.

Em 1982, o PSOE iniciou importantes reformas de modernização da indústria, do sistema financeiro e da política de energia da Espanha (Maravall, 1997, p. 87). Estas reformas tiveram consequências muito negativas sobre a taxa de desemprego, que atingiu 21,9% em 1985. Contudo, as reformas foram complementadas por aumentos na despesa pública com a educação e investimento no capital imobiliário (Boix, 1995). O ajustamento teve consequências negativas para os eleitores: em 1985, o crescimento anual do consumo privado foi de 0,22% e em 1986 registou um valor negativo. Não obstante, o PSOE venceu as eleições de 1986, conquistando 44,1% dos votos (apenas menos 4 pontos percentuais do que nas eleições de 1982) e o PP obteve exactamente a mesma percentagem de votos que em 1982 (26%).

Crescimento do PIB, inflação, desemprego e consumo privado  
em Espanha, 1985-1998

[QUADRO N.º 5]

Data	Crescimento do PIB (percentagem anual)		Inflação, preços no consumidor (crescimento da percentagem anual)		Desemprego, total (percentagem da mão-de-obra total)		Consumo privado (crescimento da percentagem anual)	
	Taxa	Variação anual	Taxa	Variação anual	Taxa	Variação anual	Taxa	Variação anual
1984 . . . .	1,5	—	11,28	—	20,3	—	-0,14	—
1985 . . . .	1,7	0,2	8,81	2,47	21,6	1,3	0,22	0,36
1986 . . . .	3,2	1,5	8,8	-0,01	21,2	-0,4	-0,14	-0,36
1987 . . . .	5,64	2,44	5,25	-3,55	20,5	-0,7	1,98	2,12
1988 . . . .	5,16	-0,48	4,84	-0,41	19,5	-1	3,32	1,34
1989 . . . .	4,74	-0,42	6,79	1,95	17,3	-2,2	5,79	2,47
1990 . . . .	3,74	-1	6,72	-0,07	16,3	-1	4,91	-0,88
1991 . . . .	2,27	-1,47	5,93	-0,79	16,4	0,1	5,65	0,74
1992 . . . .	0,69	-1,58	5,92	-0,01	18,4	2	3,64	-2,01
1993 . . . .	-1,16	-1,85	4,57	-1,35	22,73	4,33	2,89	-0,75
1994 . . . .	2,22	3,38	4,72	0,15	24,17	1,44	2,21	-0,68
1995 . . . .	2,73	0,51	4,68	-0,04	22,93	-1,24	-2,22	-4,43
1996 . . . .	2,34	-0,39	3,56	-1,12	22,21	-0,72	0,93	3,15
1997 . . . .	3,84	1,5	1,97	-1,59	20,82	-1,39	2,87	1,94
1998 . . . .	3,96	0,12	1,83	-0,14	18,82	-2	4,11	1,24

Fonte: *UN World Development Indicators, 2001*, cd-rom.

A segunda fase coincide com a entrada da Espanha na CEE, em 1986, assistindo-se a um período de expansão económica que se prolongaria até 1991. Tal como em Portugal, entre 1985 e 1992 verificou-se uma convergência real com o poder de compra médio da UE, enquanto o crescimento anual do PIB

se situou entre os 3% e os 5%. A inflação caiu para 6% durante esse mesmo período e o desemprego registou o seu nível mais baixo — 16,3% — em 1990.

Depois das eleições de 1989, que o PSOE venceu com 40,2% dos votos, o governo promulgou um conjunto de políticas caracterizado por uma política fiscal laxista e uma política monetária austera. Estas políticas, a par da recessão na zona da UE, conduziram a uma deterioração da situação económica. Em 1993, data em que se celebraram novas eleições, o desemprego afectava quase um quarto da população activa (23%) e os ganhos compensatórios da redução da inflação, que estava nos 4,5% devido às rigorosas políticas monetárias, não foram muito significativos. Isto resultou em parte dos aumentos das despesas governamentais e do défice público, o qual, por sua vez, era parcialmente provocado pelos custos crescentes dos subsídios de desemprego (Maravall, 1997, p. 91). O desequilíbrio macroeconómico reflectia-se sobre as finanças dos eleitores: tanto em 1992 como em 1993 as despesas do consumo privado baixaram 2% e 0,75%, respectivamente. Mesmo assim, tendo em conta estas fracas condições objectivas, o PSOE obteve uma nova vitória eleitoral, ainda que insuficiente para conseguir uma maioria absoluta no governo.

O período seguinte, entre 1993 e 1995, foi, pelo contrário, caracterizado pela recuperação económica. O crescimento do PIB, que tinha sido negativo em 1993, subiu em 1994 para 2,2% e em 1995 para 2,7%. A inflação desceu mais ainda, para 3,5%, em 1996. Contudo, o desemprego não registou uma descida significativa — mantendo-se nos 22% em 1996. A derrota do PSOE nas eleições seguintes não se deveu à sua política económica, mas sim a problemas políticos, incluindo escândalos financeiros, querelas partidárias e revelações de uma «guerra suja» contra os terroristas bascos (Maravall, 1997, p. 91).

O quadro n.º 6 mostra que os eleitores espanhóis percepcionavam correctamente o estado da economia durante estas três fases. Em 1985, 43,5% do eleitorado acreditavam que a economia tinha piorado, contra os 28,2% do período expansionista de 1987. Em 1993, uma esmagadora percentagem de eleitores espanhóis — 78,6% — concordava que a situação económica tinha piorado durante os doze meses anteriores. Contudo, as perspectivas para os doze meses seguintes eram um pouco mais optimistas, com 24,9% a acreditarem que a economia registaria melhoras.

A Espanha parece ser, *prima facie*, um caso em que o voto económico ocorre em menor grau. As percepções dos eleitores reflectem as condições económicas. Contudo, como ficou demonstrado, períodos sucessivos de recessão económica não impediram a renovação do mandato socialista no início dos anos 80. A elevada taxa de desemprego, em particular, teve consequências políticas negativas limitadas, com o PSOE a conquistar maiorias absolutas em duas eleições (1985 e 1989) e uma grande maioria (1993) num momento em que o desemprego era muito elevado. Não obstante, em finais da década de 90, as percepções de expansão económica não foram suficientes para manter os socialistas no poder ao fim de treze anos de governação.

## Percepções económicas dos eleitores espanhóis

[QUADRO N.º 6]

	Retrospectivas			Prospectivas			
	1985	1987	1993	1993	1995	1996	1999
Em sua opinião, o estado da economia melhorou, permaneceu igual ou piorou ao longo dos últimos doze meses?							
Melhorou ou melhorou muito . . . .	29	33,6	5,4	24,9	25,4	24	36,3
Igual . . . . .	27,5	38,3	16	33,4	42,6	45,1	52,4
Piorou ou piorou muito . . . . .	43,5	28,2	78,6	42,7	32	30,4	11,4
Em sua opinião, o estado das suas finanças pessoais melhorou, permaneceu igual ou piorou ao longo dos últimos doze meses?							
Melhorou ou melhorou muito . . . .	17,4	20,4	11,6	22	25,9	25,3	32,2
Igual . . . . .	52,3	58,8	52,8	57,3	62,2	63,1	61,2
Piorou ou piorou muito . . . . .	30,4	20,7	35,5	20,8	12	11,6	6,6

Fonte: *Eurobarómetro* EB24, EB28, EB40, EB44.1, EB46 e EB52, respectivamente estudos ICPSR n.ºs 8513, 9082, 6360, 6723, 6939 e 2892.

## UMA FUNÇÃO DO VOTO PARA A GRÉCIA, PORTUGAL E A ESPANHA, 1985-1999

### DADOS E MÉTODOS PARA TESTAR O MODELO DE VOTO ECONÓMICO NOS PAÍSES DA EUROPA DO SUL

Nesta secção utilizaremos dados de nível individual para testar o modelo do voto económico em combinação com uma variável de controlo: o contexto político. Os dados do *Eurobarómetro* podem revelar-se muito úteis para testar o modelo do voto económico na Europa do Sul<sup>3</sup>. Em primeiro lugar, Portugal, a Espanha e a Grécia têm participado nestas sondagens pelo menos desde 1985, pelo que dispomos de uma série temporal relativamente longa para analisar, com perguntas sobre o voto económico em diversos anos, além de uma série de indicadores de posicionamento ideológico e sócio-demográfico. Em segundo lugar, uma vez que a série temporal tem início em 1985, é-nos também possível testar o modelo do voto económico sob diferentes condições políticas em cada um dos países.

<sup>3</sup> Não houve em Portugal um estudo eleitoral nacional antes de 2000, data do início do projecto de investigação «Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses numa Perspectiva Comparada». A primeira sondagem pós-eleitoral deste projecto foi realizada durante as três semanas imediatamente às eleições de 17 de Março de 2002. Com excepção de algumas sondagens comerciais recentes, não existem dados de nível individual que nos permitam estudar o voto económico em Portugal, nomeadamente numa perspectiva de longo prazo. Nos casos espanhol e grego existem algumas sondagens que podem ser utilizadas no estudo do voto económico, mas não são de fácil acesso para os estudiosos estrangeiros.

Codificação das variáveis independentes, de controlo e dependente

[QUADRO N.º 7]

Variáveis independentes	Codificação
Classe social I: rendimento familiar (quartis) . . . . .	1-Quartil mais baixo. 2-Quartis médios. 3-Quartil mais alto (inverso para os governos de esquerda).
Classe social II: educação (idade em que concluiu os estudos) . . . . .	1-15 anos ou menos. 2-16 a 19 anos. 3-20 anos ou mais (inverso para os governos de esquerda).
Classe social III: ocupação . . . . .	1-Trabalhador por conta própria e profissionais científicos e técnicos. 2-Trabalhadores de rotina não manuais. 3-Trabalhadores manuais (inverso para os governos de direita).
Ideologia (autoposicionamento na escala esquerda-direita) . . . . .	1-Esquerda. 2-Centro. 3-Direita (inverso para os governos de esquerda).
Avaliações económicas sociotrópicas: retrospectivas . . . . .	1-Melhor. 0-Igual. -1-Pior.
Avaliações económicas egocêntricas: retrospectivas . . . . .	1-Melhor. 0-Igual. -1-Pior.
Avaliações económicas sociotrópicas: prospectivas . . . . .	1-Melhor. 0-Igual. -1-Pior.
Avaliações económicas egocêntricas: prospectivas . . . . .	1-Melhor. 0-Igual. -1-Pior.
<b>Variável dependente</b>	
Voto no governo . . . . .	1-Governo. 0-Oposição.
<b>Variável de controlo</b>	
Estatuto do governo: clareza de responsabilidade governamental . . . . .	0-Baixa: coligação. 1-Média: minoria/pluralidade. 2-Elevada: maioria.

**Notas:** 1) nos *Eurobarómetros* 24 e 28 foram apenas solicitadas avaliações económicas retrospectivas; no *Eurobarómetro* 40 solicitaram-se avaliações económicas retrospectivas e prospectivas; nos *Eurobarómetros* 44.1 a 52.0 solicitaram-se apenas avaliações económicas prospectivas. Assim, ao conjugar os dados, tivemos de tomar algumas opções obrigatórias e fizemo-lo: dos *Eurobarómetros* 24 a 40 utilizámos as avaliações económicas retrospectivas; dos *Eurobarómetros* 44.1 a 52.0 utilizámos as avaliações económicas prospectivas; 2) para os indicadores de classe social e de ideologia utilizámos códigos simétricos para os governos de esquerda e de direita.

**Fontes:** Dados elaborados com base nos *Eurobarómetros* 24, 28, 40, 44.1, 46 e 52.0, respectivamente estudos ICPSR n.ºs 8513, 9082, 6360, 6723, 6939 e 2892.

A utilização dos dados do *Eurobarómetro* para testar o modelo do voto económico também apresenta algumas imperfeições. Em primeiro lugar, não é possível analisar o comportamento eleitoral nos três países em questão em qualquer data anterior a 1985. Em segundo lugar, as sondagens posteriores a 1996 raramente incluem perguntas sobre as percepções do estado da economia. Em terceiro lugar, as sondagens com perguntas sobre o estado da economia nem sempre coincidem com anos de eleições. Em quarto lugar, as variáveis independentes nem sempre estão presentes, tal como nem sempre são enunciadas do mesmo modo. Entre 1985 e 1987 foram apenas solicitadas avaliações retrospectivas do estado da economia; entre 1995 e 1996 e em 1999 foram apenas solicitadas avaliações prospectivas do estado da economia; em 1993 foram feitos ambos os tipos de perguntas. O indicador de religiosidade não foi utilizado em algumas sondagens (1995, 1996 e 1999), ao passo que noutras fizeram-se diferentes perguntas sobre essa matéria. Quanto aos indicadores que foram repetidamente utilizados nesta análise e à codificação dos mesmos, v. quadro n.º 7 — a frequência da igreja/religiosidade não é considerada na análise devido aos problemas atrás referidos. Em quinto lugar, para alguns países e algumas datas, as sondagens do *Eurobarómetro* com dados relevantes foram levadas a efeito alguns meses depois da celebração de eleições (v. quadro n.º 8). Assim, as percepções económicas poderão não ter um impacto político significativo, já que dificilmente se poderia responsabilizar o novo governo pela fraca *performance* económica. Assim, foram incluídas diversas sondagens para o mesmo mandato governamental nos três países.

#### TESTAR O MODELO DO VOTO ECONÓMICO NOS PAÍSES DA EUROPA DO SUL

Antes de prosseguir será conveniente recapitular de modo sumário as nossas duas principais hipóteses, esboçadas na introdução: em primeiro lugar, tendo em conta que a ancoragem social do partidarismo nos três países da Europa do Sul é geralmente fraca, é de esperar que o impacto das percepções económicas sobre o voto seja mais elevado do que o da classe social, mas particularmente em Portugal e na Grécia, onde se verificam os mais altos níveis de volatilidade eleitoral interbloco<sup>4</sup>. No que diz respeito aos efeitos específicos das variáveis independentes sobre o voto, é de esperar que

---

<sup>4</sup> Por forma a estimar o impacto da classe social, da ideologia e da economia sobre o voto utilizou-se a regressão logística múltipla, já que a variável dependente é sempre uma dicotomia (v. quadro n.º 7). É bem sabido que na regressão logística não existem os coeficientes standardizados (*beta*) utilizados no método comum dos mínimos quadrados. Assim, não temos forma de estimar a importância relativa de cada variável com os coeficientes de regressão. Contudo, podemos utilizar para o mesmo propósito os coeficientes de correlação parcial que apresentamos nos quadros n.ºs 9 e 10.

os indivíduos com um nível mais alto de instrução escolar e/ou de rendimento e com um estatuto profissional mais elevado votem mais nos partidos de direita e que os indivíduos com menos recursos votem mais nos partidos de esquerda. Quanto às apreciações do estado da economia, sejam elas sociotrópicas ou egocêntricas, retrospectivas ou prospectivas, é de esperar que as percepções positivas se relacionem com o voto no partido do governo e que as avaliações negativas surjam associadas ao voto nos partidos da oposição.

Mandatos, estatuto do governo e partido/partidos no governo por país e data de sondagem

[QUADRO N.º 8]

	EB24 Outubro de 1985	EB28 Novembro de 1987	EB40 Novembro de 1993	EB44 Novembro- Dezembro de 1995	EB46 Outubro- -Novembro de 1996	EB52 Outubro- -Novembro de 1999
<b>Grécia</b>						
Mandato . . . . .	6/1985- -1989	1985- -1989	1990- -10/1993	1993- -1996	1/1996- -2000	1996- -2000
Estatuto do governo . . . .	Maioria	Maioria	Maioria	Maioria	Maioria	Maioria
Partido(s) no governo . . .	PASOK	PASOK	ND	PASOK	PASOK	PASOK
<b>Espanha</b>						
Mandato . . . . .	1982- -1986	1986- -1989	6/1993- -1996	1993- -1996	5/1996- -2000	1996- -2000
Estatuto do governo . . . .	Maioria	Maioria	Maioria relativa	Maioria relativa	Maioria relativa	Maioria relativa
Partido(s) no governo . . .	PSOE	PSOE	PSOE	PSOE	PP	PP
<b>Portugal</b>						
Mandato . . . . .	1983- -11/1985	8/1987- -1991	1991- -1995	10/1995- -1999	10/1995- -1999	1995- -10/1999
Estatuto do governo . . . .	Coligação	Maioria	Maioria	Maioria relativa	Maioria relativa	Maioria relativa
Partido(s) no governo . . .	PS e PSD	PSD	PSD	PS	PS	PS

Fonte: Siaroff (2000).

A segunda hipótese é que o impacto das percepções económicas será mais forte nas situações políticas de elevada clareza de responsabilidade, isto é, nos casos de governo maioritário de partido único. Pelo contrário, o voto económico deverá ser menos significativo nas situações em que a identificação exacta do partido responsável pelo estado da economia é menos clara para os cidadãos, isto é, nos casos de governo de coligação. Os governos de partido único com um mero apoio de maioria relativa no parlamento encontram-se numa posição intermédia em termos de clareza de responsabilidade, pelo que o impacto relativo das percepções económicas sobre o voto deverá ser igualmente médio. Para testar o impacto desta variável contextual reuniram-se os dados dos seis *Eurobarómetros* numa única base de dados. Uma vez que as



percepções económicas nem sempre foram medidas com base nos mesmos indicadores em todas as sondagens, utilizámos as avaliações retrospectivas (sociotrópicas e egocêntricas) nos casos dos *Eurobarómetros* 24, 28 e 40. Para as restantes sondagens (*Eurobarómetros* 44.1, 46 e 52) utilizámos os indicadores prospectivos. Para testar o impacto do estatuto do governo/clareza de responsabilidade sobre a força do voto económico introduzimos um termo de interacção entre a anterior variável e as percepções económicas nas equações de regressão (v. quadros n.ºs 9 e 10).

Ideologia, economia, classe social e voto na Grécia,  
Espanha e Portugal, 1985-1999

[QUADRO N.º 9]

	Variável dependente: voto no governo (1) e na oposição (0)				
	Espanha 1	Espanha 2	Grécia 1	Portugal 1	Portugal 2
Rendimento familiar . . . . .	0,3103** (0,0600)	0,3018** (0,0570)	-0,2460** (-0,0447)	0,0626 (0,0000)	0,0609 (0,000)
Educação . . . . .	0,2743** (0,0563)	0,2707** (0,0551)	0,3935*** (0,0996)	0,1071 (0,0059)	0,1087 (0,0081)
Ocupação . . . . .	0,1180 (0,0000)	0,1150 (0,0000)	0,0411 (0,0000)	0,1062 (0,0000)	0,1075 (0,0000)
Ideologia . . . . .	1,7523*** (0,3896)	1,7584*** (0,3868)	1,1126*** (0,3011)	1,3976*** (0,3521)	1,3971*** (0,3520)
Avaliações económicas sociotrópicas . .	0,5508*** (0,1355)	0,9229** (0,0613)	0,6021*** (0,1476)	0,4424*** (0,1041)	0,3935** (0,0471)
Avaliações económicas egocêntricas . .	0,2472* (0,0308)	-0,0454 (0,0000)	0,3630*** (0,0806)	-0,0830 (0,0000)	-0,0824 (0,0000)
Interacção 1:					
Avaliações económicas sociotrópicas*	-	-0,2494	-	-	0,0390
Estatuto do governo . . . . .	-	(0,0000)	-	-	(0,0000)
Interacção 2:					
Avaliações económicas egocêntricas*	-	0,1876	-	-	-
Estatuto do governo . . . . .	-	(0,0000)	-	-	-
Constante . . . . .	-5,8626	-5,8504***	-3,1181***	-3,2665	-3,2697***
<i>N</i> . . . . .	5 650	5 650	5 766	5 574	5 574
(Casos válidos) . . . . .	(872)	(872)	(1 307)	(1 369)	(1 369)
<i>Nagelkerke</i> (pseudo <i>R</i> <sup>2</sup> ) 44,1% . . . .	44,1%	44,3%	29,8%	30,3%	30,3%

**Notas:** Com excepção da constante, do *N* e do pseudo *R*<sup>2</sup>, apresentamos nas células os coeficientes de regressão mais as correlações parciais (entre parênteses).

\*\*\* *p* < 0,01.

\*\* *p* < 0,05.

\* *p* < 0,1 — sempre teste bilateral.

Cada um dos países é incluído duas vezes: em primeiro lugar sem interacções entre percepções económicas e o estatuto do governo; em segundo lugar, com interacções. Na Grécia o estatuto do governo é constante: maioria.

**Fontes:** Dados elaborados com base nos *Eurobarómetros* 24, 28, 40, 44.1, 46 e 52.0, respectivamente estudos ICPRS n.ºs 8513, 9082, 6360, 6723, 6939 e 2892.

Antes de procedermos aos testes há que fazer uma outra especificação em relação aos procedimentos de codificação (v. quadro n.º 7). Num artigo re-

cente onde se testava a força do voto económico em diferentes países Anderson verificou que tanto as clivagens sociais como a ideologia (o autoposicionamento na escala esquerda-direita) tinham muito pouco impacto sobre o voto (Anderson, 2000, pp. 160-169). Contudo, uma parte deste resultado poderá dever-se a procedimentos de codificação deficientes. No referido artigo, a escala esquerda-direita é codificada como 1 (esquerda) a 10 (direita) (Anderson, 2000, p. 158). Todavia, esta codificação pode induzir em erro quando se conjugam dados de diferentes países e/ou em diferentes períodos. Recordemos que o voto no partido do governo é sempre codificado como 1 e o voto na oposição como 0. Ora, consideremos o seguinte exemplo de dois países e/ou diferentes períodos, A e B. O país A tem um governo de esquerda e o país B

Ideologia, economia, classe social e voto em três países  
(Grécia, Espanha e Portugal), 1985-1999

[QUADRO N.º 10]

	Variável dependente: voto no governo (1) e na oposição (0)	
	Grécia, Espanha e Portugal (conjugados)	
Rendimento familiar . . . . .	0,1159** (0,0200)	0,1125* (0,0187)
Educação . . . . .	0,1465*** (0,0385)	0,1589*** (0,0423)
Ocupação . . . . .	0,1032 ** (0,0233)	1010** (0,0224)
Ideologia . . . . .	1,2822*** (0,3410)	1,2831*** (0,3403)
Avaliações económicas sociotrópicas . . . . .	0,5497*** (0, 1392)	0,4370*** (0,0368)
Avaliações económicas egocêntricas* . . . . .	0,1558** (0,0292)	-0,1606 (0,0000)
Interação 1:		
Avaliações económicas sociotrópicas* . . . . .	-	0,0736
Estatuto do governo . . . . .	-	(0,0000)
Interação 2:		
Avaliações económicas egocêntricas . . . . .	-	0,2045**
Estatuto do governo . . . . .	-	(0,0218)
Constante . . . . .	-3,6451***	-3,6577***
N . . . . .	16 990	16 990
(Casos válidos) . . . . .	(3 548)	(3 548)
Nagelkerke (pseudo R <sup>2</sup> ) . . . . .	31,6%	31,9%

Notas: V. quadro n.º 9.

Fontes: V. quadro n.º 9.

um governo de direita. Utilizando o procedimento de codificação proposto por Anderson, a escala esquerda-direita pode ser fortemente correlacionada com o voto numa análise de país a país, mas não numa série de dados conjugados de vários países: os valores mais elevados na escala esquerda-direita são positiva-

mente correlacionados com o voto no governo no país B, mas negativamente correlacionados no país A, pelo que, na série de dados conjugados, estas duas correlações anulam-se uma à outra. Tendo em conta este problema, no presente artigo decidimos codificar os indicadores de ideologia e classe social de acordo com o tipo de partido que se encontra no poder. No caso dos governos de esquerda, os baixos recursos (de educação, rendimento e ocupação) e as posições de esquerda recebem os valores mais altos (3); os recursos elevados (de educação, rendimento e ocupação) e as posições de direita recebem os valores mais baixos (1). No caso dos governos de direita, utilizou-se a codificação inversa para as variáveis independentes (classe social e ideologia)<sup>5</sup>. Deste modo poderemos evitar a anulação das correlações entre estas variáveis numa série de dados conjugados em que os países apresentam governos de diferentes posições ideológicas.

No caso português, o impacto dos indicadores de classe social sobre o voto nunca é significativo tanto nas equações com termos de interacção como nas equações sem termos de interacção. Em segundo lugar, apenas as avaliações económicas sociotrópicas têm um impacto significativo sobre o voto. Em terceiro lugar, o factor singular mais importante em termos de impacto sobre o voto no governo/oposição é o autopoicionamento ideológico dos inquiridos. Não obstante, a percentagem da variação explicada por este modelo não é muito expressiva (30,3%), lembrando-nos que o modelo está pouco especificado, nomeadamente porque não inclui as avaliações dos candidatos ou as posições dos eleitores sobre as questões em debate. Finalmente, os termos de interacção não revelam uma interacção significativa entre a clareza de responsabilidade e a força das percepções económicas.

No que diz respeito à nossa hipótese principal, podemos afirmar que, em termos de testes de significância, o voto económico é geralmente mais importante do que o voto com base na classe social. É certo que o modelo das clivagens está pouco especificado, já que não inclui um indicador de religiosidade. Além disso, sabemos que nos países católicos o impacto da prática religiosa sobre o voto é normalmente mais forte do que o da classe social, e Portugal não constitui excepção (Lipset e Rokkan, 1967; Franklin *et al.*, 1992; Freire, 2001b). Assim, podemos afirmar que a economia é mais importante do que a classe social em termos de voto no governo/oposição, mas não que a economia é em geral mais importante do que as clivagens sociais.

Em todo o caso, o voto de classe social parece ser pouco significativo, mas os efeitos económicos de curto prazo também não parecem muito fortes. De facto, a parte de leão da variação de voto explicada pertence à ideologia:

---

<sup>5</sup> Aquando da sondagem de 1985, Portugal tinha um governo de coligação de centro-direita (PS e PSD), que foi tratado como um governo de direita, tendo em conta a correlação que detectámos nesse ano em Portugal entre a escala esquerda-direita e o voto nos partidos do governo.

o posicionamento individual na escala esquerda-direita é claramente o factor mais importante. É certo que o modelo é pouco específico em termos de percepções económicas, em particular, e dos efeitos de curto prazo sobre o voto, em geral. Contudo, sentimo-nos inclinados a concluir que a ideologia é mais importante do que a economia para o comportamento eleitoral dos portugueses, já que, quando testado o modelo completo do voto económico (na sondagem de 1993 — dados não mostrados), a importância relativa da ideologia manteve-se sólida. Por outro lado, Gunther e Montero (2001) também verificaram a grande importância da ideologia em Portugal. Mas não pretendemos com isto afirmar que os efeitos de curto prazo sobre o voto são geralmente menos importantes do que a ideologia, já que o modelo é pouco específico quanto aos primeiros. Além disso, como demonstrado nos estudos seminais de Inglehart e Klingemann (1976) e Fiorina (1981), o posicionamento ideológico/identificação partidária é também contaminado por efeitos de curto prazo/questões em debate.

A situação no caso português não oferece apoio à segunda hipótese, nomeadamente a força do voto económico em diferentes condições políticas de clareza da responsabilidade. Isto poderá dever-se a dois factores principais. Em primeiro lugar, existiu apenas um governo de coligação e a diferença entre os governos minoritários e os majoritários poderá não ser muito significativa. De facto, num governo de maioria relativa há apenas um partido no governo, pelo que existe uma elevada clareza de responsabilidade. Por outro lado, poderá ser necessário algum discernimento para compreender que, num governo minoritário, o partido em controle do executivo poderá não ser inteiramente responsável pela *performance* económica, já que a aprovação de projectos de lei no parlamento implica negociações com a oposição. Em segundo lugar, verificamos muito pouca variação na variável do estatuto do governo: há apenas um governo de coligação e os restantes são governos minoritários ou majoritários (v. quadro n.º 8).

No caso espanhol (v. quadro n.º 9), a primeira coisa a ter em conta, em conformidade com os resultados obtidos por Gunther e Montero (2001), é que o voto de clivagem é mais importante do que em Portugal: ao contrário do que acontece neste último país, em Espanha tanto o grau de instrução como o rendimento do chefe de família têm um impacto significativo sobre o voto. Obviamente, a variável religiosa está ausente, mas podemos concluir, pelo menos, que a classe social é mais importante em Espanha do que em Portugal. Por outro lado, em Espanha ambos os indicadores económicos (sociotrópicos e egocêntricos) têm um impacto significativo sobre o voto no governo, ao contrário do que se verifica em Portugal. Além disso, tal como acontece neste último país, esses indicadores têm um impacto mais importante sobre o voto do que a classe social. Outro traço comum entre o comportamento eleitoral espanhol e português é que a ideologia é o factor singular de maior impacto sobre o comportamento eleitoral, em comparação com a economia e

a classe social. Finalmente, não se verifica em Espanha uma interacção significativa entre o comportamento eleitoral e o estatuto do governo. As razões para este facto poderão ser semelhantes em ambos os países e até mesmo mais fortes em Espanha: não existe um governo de coligação, pelo que a variação é apenas entre governos de maioria relativa e de maioria, os quais, na perspectiva dos eleitores, poderão não ser assim tão diferentes.

No caso grego (v. quadro n.º 9) não é possível testar o impacto do estatuto do governo sobre o voto: no período para o qual dispomos de dados de sondagens todos os governos gregos foram do tipo maioritário. Assim, podemos apenas testar o impacto relativo sobre o voto da classe social, da ideologia e da economia. Também aqui tanto as percepções económicas sociotrópicas como as egocêntricas foram fortes determinantes do comportamento eleitoral, revestindo-se de maior importância do que a classe social. Contudo, uma vez mais, a parte de leão da variação explicada no comportamento de voto pertence à ideologia. Destacaram-se, pois, três padrões principais: em primeiro lugar, a economia é sempre mais importante do que a classe social para explicar o voto no governo/oposição; em segundo lugar, é em Portugal que as âncoras do partidarismo se revestem de menos importância, não sendo sequer significativas; em terceiro lugar, a ideologia é a determinante singular mais importante do comportamento eleitoral, em comparação com a economia e a classe social.

Realizámos outro teste da hipótese de responsabilidade (v. quadro n.º 10) mediante a conjugação dos dados para os três países durante todo o período. Detectámos uma interacção significativa entre a força do voto económico egocêntrico e o estatuto do governo, interacção essa que funciona na direcção esperada: quanto maior é a clareza de responsabilidade, mais fortes são os efeitos das percepções económicas pessoais sobre o comportamento eleitoral. No entanto, a força desta relação não é muito significativa, podendo dever-se simplesmente ao aumento da dimensão da amostra.

## CONCLUSÕES

Na primeira parte deste estudo analisámos os elos de ligação entre a economia objectiva e subjectiva na Grécia em, Portugal e em Espanha entre 1984 e 1999, tendo demonstrado que os eleitores destes países, se bem que eventualmente ignorantes quanto às taxas de desemprego, inflação ou crescimento do PIB num dado momento, estavam a par do quadro macroeconómico geral do período. Em certas ocasiões, como em 1985 e 1993 em Espanha, ou em 1985 na Grécia, não obstante os desenvolvimentos económicos negativos, o governo foi reeleito: os eleitores estavam conscientes da situação objectiva, mas decidiram não agir em conformidade com ela. Em contrapartida, o crescimento económico positivo não impediu a derrota eleitoral de alguns governos, como aconteceu em Espanha em 1996 e em Portugal em 1995.

Na segunda parte do artigo testámos o modelo construído. Em termos da importância relativa da classe social e da economia no comportamento de voto, as nossas conclusões apontam para uma maior importância do último factor nos três países analisados, mas particularmente em Portugal. Este facto está em conformidade com estudos anteriores sobre as âncoras sociais do partidarismo nos três países. Infelizmente, devido à insuficiência de dados nas sondagens do *Eurobarómetro*, não nos foi possível testar a importância relativa da religião e da economia no comportamento eleitoral. Esta omissão reveste-se de particular importância no caso dos dois países católicos (Espanha e Portugal), onde a religião costuma ser uma importante determinante do voto. Assim, podemos afirmar que a economia é mais importante do que a classe social, mas não do que as clivagens sociais em geral. Esta é, claramente, uma tarefa para investigações futuras.

Contudo, em todos os países aqui analisados o factor singular com maior impacto no comportamento eleitoral é a ideologia. Assim, permanecem em aberto duas questões importantes para investigações futuras, nomeadamente o significado do autopoicionamento na escala esquerda-direita em cada um dos três países e o peso relativo das forças de curto e longo prazo na determinação do perfil ideológico dos indivíduos. Um estudo recente baseado no *World Values Survey 1990* e no *European Value Study 1999* revelou que o posicionamento esquerda-direita está apenas ligeiramente correlacionado com as posições tomadas em questões políticas em Espanha e Portugal, especialmente neste último caso, o que sugere que nestes países o posicionamento na escala esquerda-direita funciona mais como uma identificação partidária do que como uma atitude face aos temas políticos (Freire, 2003). Contudo, o tema está longe de ter sido estudado em profundidade, nomeadamente porque o caso grego não foi incluído e porque o número de questões correlacionadas com o posicionamento esquerda-direita era relativamente limitado.

Os dados analisados não apoiam a ideia de que uma maior clareza de responsabilidade esteja positivamente relacionada com um mais forte impacto do voto económico, pelo menos de um modo claro. A nossa principal interpretação das descobertas negativas apresenta duas vertentes. Em primeiro lugar, existe pouca variação no estatuto do governo: verifica-se apenas um governo de coligação, estando o resto das variações limitado a mudanças entre governos de minoria e governos de maioria. Em segundo lugar, os eleitores poderão não ser capazes de distinguir entre os governos de partido único minoritários e maioritários em termos do grau de responsabilidade na gestão económica. Assim, estas descobertas negativas podem ser consideradas um contributo importante para a especificação das condições políticas do voto económico, nomeadamente, que a diferença relevante em termos de clareza de responsabilidade é entre coligação, por um lado, e governos de minoria/maioria, por outro. Contudo, a questão deverá ser estudada em maior profundidade mediante uma amostra mais alargada de países de modo a podermos encontrar provas mais fortes a este respeito.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, C. (1995), *Blaming the Government: Citizens and the Economy in Five European Democracies*, Armonk, M. E. Sharpe.
- ANDERSON, C. (2000), «Economic voting and political context», in *Electoral Studies*, 19 (2/3), pp. 151-169.
- BELLUCCI, P. (1984), «The effect of aggregate economic conditions on the political preferences of the Italian electorate, 1953-1979», in *European Journal of Political Research*, 12, pp. 387-401.
- BELLUCCI, P. (1991), «Italian economic voting: a deviant case or making a case for a better theory», in H. Norporth *et al.* (org.), *Economics and Politics: The Calculus of Support*, Michigan, University of Michigan Press, pp. 63-84.
- BOIX (1995), «Building a socialdemocratic strategy in Southern Europe: economic policy under the Gonzalez government», in *Juan March Working Papers*, Madrid.
- BRUNEAU, T., *et al.* (2001), «Democracy, Southern European style», in P. N. Diamandouros e R. Gunther, *Parties, Politics, and Democracy in New Southern Europe*, Baltimore, The John Hopkin University Press, pp. 16-83.
- CORKILL (1988), «Portugal's political transformation: the election of July 1987», in *Parliamentary Affairs*, vol. 41, n.º 2, Abril, pp. 246-257.
- CORKILL (1993), *The Portuguese Economy since 1974*, Edimburgo, EUP.
- DALTON, R., e WATTENBERG, M. (eds.) (2000), *Parties without Partisans*, Oxford, Oxford University Press.
- DALTON, R., FLANAGAN, S. C., e BECK, P. A. (1984), *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies: Realignment or Dealignment?*, Nova Jérсия, Princeton University Press.
- DOWNS, A. (1957), *An Economic Theory of Democracy*, Nova Iorque, Harper Collins Publishers.
- FIORINA, M. (1981, 1993), «Explorations of a political theory of party identification», in R. G. Niemi e H. Weisberg (eds.), *Classics in Voting Behaviour*, Washington, Congressional Quarterly Press, pp. 247-262.
- FLANAGAN, S., e DALTON, R. (1985, 1990), «Models of change», in P. Mair (org.), *The West European Party System*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 232-246.
- FRANKLIN, M., *et al.* (eds.) (1992), *Electoral Change: Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FREIRE, A. (2001a), *Mudança Eleitoral em Portugal: Clivagens, Economia e Voto nas Eleições Legislativas, 1983-1999*, Celta, Oeiras.
- FREIRE, A. (2001b), «Religião e política em Portugal, Irlanda e Noruega», in Manuel Villaverde Cabral, J. M. Pais e J. Vala (orgs.), *Religião e Bioética*, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- FREIRE, A. (2003), «Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparada», in Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudança e Contrastes em Portugal e na Europa*, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- GUNTHER, R., e MONTERO, J. R. (2001), «The anchors of partisanship: a comparative analysis of voting behaviour in four Southern European countries», in P. N. Diamandouros e R. Gunther, *Parties, Politics, and Democracy in New Southern Europe*, Baltimore, The John Hopkin University Press, pp. 83-152.
- INGLEHART, R. (1990/1991), *El Cambio Cultural en las Sociedades Industriales Avanzadas*, CIS/Siglo XXI, Madrid.
- INGLEHART, R. (1997), *Modernization and Post Modernization: Value Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press.
- INGLEHART, R., e KLINGEMANN, H. (1976), «Party identification, ideological preference and the left-right dimension among western mass publics», in Ian Budge *et al.* (eds.), *Party*

- Identification and Beyond: Representations of Voting and Party Competition*, Londres, John Wiley and Sons, pp. 243-276.
- KIEWIET, D. R. (1983), *Macroeconomics and Micropolitics: the Electoral Effects of Economic Issues*, Chicago, Chicago University Press.
- LAVDAS, K., (1997), *The Europeanization of Greece*, Londres, MacMillan.
- LEWIS-BECK, M. (1988, 1990), *Economics and Elections: the Major Western Democracies*, Ann Arbor, Michigan University Press.
- LEWIS-BECK, M., e NADEAU, R. (2000), «French electoral institutions and the economic vote», in *Electoral Studies*, 19 (2/3), pp. 171-181.
- LEWIS-BECK, M., e PALDAM, M. (2000), «Economic voting: an introduction», in *Electoral Studies*, 19 (2/3), pp. 112-121.
- LIJPHART, A. (1971), «Comparative politics and the comparative method», in *American Political Science Review*, vol. 65, pp. 682-693.
- LIJPHART, A. (1994), *Sistemas Electorales y Sistemas de Partidos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales.
- LIPSET, S., e ROKKAN, S. (1967, 1992), «Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamento dos eleitores», in S. Lipset, *Consenso e Conflito*, Lisboa, Gradiva, pp. 161-259.
- LOBO, M. C. (1996), «A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas (1976-1991)», in *Análise Social*, xxxi (139), pp. 1085-1116.
- LOPES, F. F., e FREIRE, A. (2002), *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*, Celta, Oeiras.
- MARAVALL, J., (1997), *Regimes, Politics and Markets*, Oxford, OUP.
- MORLINO (1995), «Political parties and democratic consolidation in Southern Europe», in R. Gunther, P. N. Diamandorous e H.-J. Puhle, *The Politics of Democratic Consolidation*, Baltimore, Johns Hopkins.
- NANNESSTAD e PALDAM (2000), «What do voters know about the economy? A study of Danish data», in *Electoral Studies*, 19 (2/3), pp. 363-392.
- NORDHAUS, W. (1975), «The political business cycle», in *Review of Economic Studies*, 42 (Abril), pp. 169-190.
- NORPORTH, H., et al. (eds.) (1991), *Economics and Politics: The Calculus of Support*, Michigan, University of Michigan Press.
- OCDE ECONOMIC SURVEYS (1989-90), *Greece*, Paris, OCDE.
- OCDE ECONOMIC SURVEYS (1990), *Portugal*, Paris, OCDE.
- OCDE ECONOMIC SURVEYS (1992) *Portugal*, Paris, OCDE.
- OCDE ECONOMIC SURVEYS (1993), *Greece*, Paris, OCDE.
- OCDE ECONOMIC SURVEYS (1995), *Greece*, Paris, OCDE.
- PASQUINO, G. (1995), «Executive-legislative relations in Southern Europe», in R. Gunther, P. N. Diamandorous e H.-J. Puhle, *The Politics of Democratic Consolidation*, Baltimore, Johns Hopkins.
- POWELL, G. B., e WHITTEN, G. D. (1993, 1998), «A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context», in P. Norris (org.), *Elections and Voting Behaviour: New Challenges, New Perspectives*, Dartmouth, Ashgate, pp. 185-208.
- SANDERS, D. (2000), «The real economy and the perceived economy in popularity functions: how much do the voters need to know? A study of British data, 1974-97», in *Electoral Studies*, 19 (2/3), pp. 275-294.
- SIAROFF, A. (2000), *Comparative European Party Systems: An Analysis of Parliamentary Elections Since 1945*, Nova Iorque, Garland.
- VEIGA, L. R. F. G. (1998), «Popularity functions for the Portuguese prime minister, government, parliament and president», in *European Journal of Political Research*, 33, pp. 347-361.